



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS VIII
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE - CCTS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL - DEC

PAULO RICARDO PESSÔA RAFAEL TELES

**O IMPACTO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO NA ECONOMIA DA 2ª REGIÃO
GEOADMINISTRATIVA DA PARAÍBA: PERSPECTIVAS DE
EMPREGABILIDADE PARA O ENGENHEIRO CIVIL**

ARARUNA - PB
2017

PAULO RICARDO PESSOA RAFAEL TELES

**O IMPACTO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO NA ECONOMIA DA 2ª REGIÃO
GEOADMINISTRATIVA DA PARAÍBA: PERSPECTIVAS DE
EMPREGABILIDADE PARA O ENGENHEIRO CIVIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Engenharia Civil.

Orientador: Prof. Msc. Daysan F. K
Leal Medeiros

ARARUNA - PB
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

T269i Teles, Paulo Ricardo Pessoa Rafael
O Impacto das Folhas De Pagamento na Economia da 2ª
Região Geoadministrativa Da Paraíba: Perspectivas De
Empregabilidade Para O Engenheiro Civil [manuscrito] / Paulo
Ricardo Pessoa Rafael Teles. - 2017.
43 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
ENGENHARIA CIVIL) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Tecnologia e Saúde, 2017.

"Orientação: Prof. Me. DAYSAN FRITZGIRARD
KAMIKASE LEAL MEDEIROS, Departamento de
ENGENHARIA CIVIL".

1. CONSTRUÇÃO CIVIL. 2. ENGENHEIRO. 3.
DESEMPREGO. I. Título.

21. ed. CDD 624

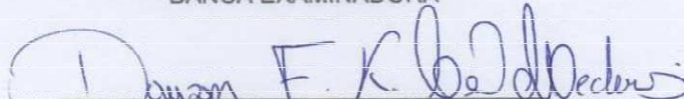
PAULO RICARDO PESSOA RAFAEL TELES

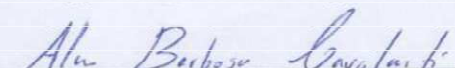
**O IMPACTO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO NA ECONOMIA DA 2ª REGIÃO
GEOADMINISTRATIVA DA PARAÍBA: PERSPECTIVAS DE
EMPREGABILIDADE PARA O ENGENHEIRO CIVIL**

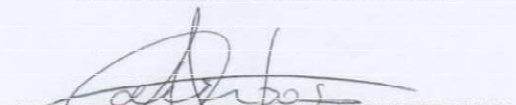
Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Engenharia
Civil da Universidade Estadual da
Paraíba, como parte das exigências
para a conclusão do Curso de
Engenharia Civil.

Aprovado em: 15/07 de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Msc (a) Daysan F. K Leal Medeiros (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba


Prof. Msc (a) Alan Barbosa Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba


Prof. Dr (a) Daniel Baracuy da Cunha Campos
Universidade Estadual da Paraíba

Aos meus pais e familiares, que foram grandes incentivadores e que sempre acreditaram nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, a minha mãe Lúcia, pessoa digna e em quem me espelho, que em momento algum mediu esforços para que eu seguisse nessa árdua caminhada, ao meu pai José e aos meus dois irmãos.

Ao professor e amigo Daysan Medeiros pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Agradeço aos professores Alan Barbosa e Daniel Baracuy, pela disposição e paciência em participar da apresentação desse trabalho.

Ao Professor Israel Buriti Galvão companheiro de caminhada ao longo do curso, pelas oportunidades que me foram concedidas. Posso dizer que minha formação foi bem mais proveitosa com sua presença.

Por fim agradeço a todos os meus companheiros de curso, essenciais para minha formação acadêmica, e acima de tudo na minha formação pessoal.

“ Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

O setor da construção civil no Brasil, tem mostrado uma retomada do seu papel de importância nos últimos anos, no que diz respeito ao desenvolvimento do país. Essa área andava um pouco esquecida até por volta dos anos 2000, quando a demanda por engenheiros teve um aumento acentuado, apontando assim, uma necessidade crescente para a implementação desses profissionais no mercado de trabalho. O presente trabalho teve como objetivos identificar na literatura a importância da construção civil para empregabilidade do setor, pesquisar e analisar os impactos da crise sobre o desemprego no Brasil, Nordeste e Paraíba, fazer um levantamento do investimento em folhas de pagamentos das prefeituras da Região Geoadministrativa do Curimataú, nos anos de 2014, 2015 e 2016, assim como verificar a quantidade de engenheiros civis lotados, o déficit desses profissionais. A metodologia consistiu em utilizar dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), e a partir daí foram feitas algumas comparações a nível nacional com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os dados colhidos foram de população, receitas, despesas, contingente de pessoal e remuneração. Em relação ao pessoal técnico lotado nas prefeituras estudadas, há apenas cinco engenheiros civis nos quadros funcionais das administrações, no final do ano de 2016. Neste mesmo ano foi possível identificar o salário médio dos servidores, em que os engenheiros estão inclusos, que foi de R\$ 1.843,36, valor este muito abaixo do ideal considerando que não pode ser inferior a seis salários mínimos segundo o conselho da categoria, apresentando também uma queda na quantidade de efetivos e comissionados, de 4,7 % e 4,9 % respectivamente. Constatou-se que os gastos com a secretaria de infraestrutura subiram em 17,2% entre os anos de 2014 e 2016, reforçando assim a necessidade de profissionais competentes para a área. Consideramos as administrações locais como mercados potenciais para a empregabilidade dos engenheiros civis, tendo em vista que a quantidade de engenheiros lotados nessas prefeituras é muito abaixo do ideal.

Palavras-chave: Construção Civil, Engenheiro, Desemprego.

ABSTRACT

The civil construction sector in Brazil has shown a resumption of its role of importance in recent years, with respect to the development of the country. This area was somewhat overlooked until around the 2000s, when the demand for engineers had increased sharply, thus indicating a growing need for the implementation of these professionals in the labor market. The objective of this study was to identify in the literature the importance of civil construction for the sector's employability, to research and analyze the impacts of the crisis on unemployment in Brazil, Northeast and Paraíba, to make a survey of the investment in payrolls of the municipalities of the Geoadministrative Region Of Curimataú, in the years 2014, 2015 and 2016, as well as verify the number of civil engineers sold, the deficit of these professionals. The methodology consisted of using data from the Company's Resources Management Monitoring System (SAGRES), and from that point on, some comparisons were made at the national level with data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and CAGED (Registro Geral de Employed and Unemployed). The data collected were population, income, expenses, personnel contingency and compensation. There were only five civil engineers in the civil service in the administrations at the end of 2016. In the same year it was possible to identify the average salary of the civil servants, in which the engineers are included, which was R \$ 1,843.36, which is much lower than the ideal, considering that it can not be less than six minimum salaries according to the category council, also showing a decrease in the number of employees and commissioned, of 4.7% and 4.9%, respectively. It was found that the expenses with the infrastructure secretariat increased by 17.2% between 2014 and 2016, thus reinforcing the need for professionals competent in the area. We consider local administrations as potential markets for the employability of civil engineers, given that the number of engineers filled in these prefectures is far below ideal.

Keywords: Construction, Engineer, Unemployment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Empregabilidade na construção civil.....	12
2.2 Cenário Econômico e Empregabilidade na Construção Civil.....	14
3 METODOLOGIA	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 Dados integrados das receitas dos municípios.....	22
4.2 Dados integrados das despesas das secretarias de infraestrutura.....	22
4.3 Dados integrados do contingente de servidores.....	23
4.4 Dados integrados das folhas de pagamento.....	24
4.5 Dados integrados das remunerações dos servidores.....	25
5 CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
ANEXO A - DADOS INTEGRADOS DAS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS	29
ANEXO B - DADOS INTEGRADOS DAS DESPESAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA	32
ANEXO C - DADOS INTEGRADOS DO CONTINGENTE DE SERVIDORES	35
ANEXO D - DADOS INTEGRADOS DAS FOLHAS DE PAGAMENTO	38
ANEXO E - DADOS INTEGRADOS DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SERVIDORES	41

1 INTRODUÇÃO

O setor da construção civil no Brasil, mostrou uma retomada do seu papel de importância nos últimos anos, no que diz respeito a grande parcela do desenvolvimento do país. Depois de décadas com investimento abaixo do esperado no setor de infraestrutura e de habitação, o país retomou sua rota de progresso e, com isso, pode se notar a grande importância do setor da construção para a formação de capital e para a promoção de qualidade de vida das pessoas como um todo.

A área da engenharia civil andava um pouco esquecida até por volta dos anos 2000, quando a demanda por engenheiros teve um aumento acentuado, apontando assim uma necessidade crescente para a implementação desses profissionais no mercado de trabalho. Todavia o Brasil enfrentava uma grande escassez de mão de obra especializada em engenharia, problema este causado em parte pela recessão da década de 80 e parte da década de 90, proporcionando a falta desses profissionais.

Porém, o mercado de trabalho no Brasil passou por diversas transformações positivas, oriundas de políticas públicas aplicadas aos setores da indústria. Programas como: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as obras dos programas do Pré-Sal, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, apontam que o setor da construção civil teve um crescimento evidente, atraindo assim grande número de trabalhadores envolvidos na construção civil. O crescimento da Construção Civil brasileira refletiu-se em avanços qualitativos importantes, com uma maior participação de empresas formais no PIB setorial e com o avanço do emprego com carteira assinada

Contudo, a partir de 2015, o Brasil passa a enfrentar um processo de instabilidade política que gerou um grave desajuste econômico, sendo o setor da construção civil um dos mais atingidos por esta crise. A queda do investimento, o congelamento das grandes obras públicas, a falta de liquidez no auxílio ao setor imobiliário, os atrasos e faltas de pagamentos tanto do setor público como privado, são apenas alguns dos ingredientes que tornam tão trágicos os números da indústria da construção civil no nosso país. Todos esses aspectos remetem a uma crise de confiança, queda de investimento e de instabilidade política.

O processo de ajuste fiscal (austeridade) em curso e a consequente necessidade de cortar gastos, e considerando a forte queda do investimento privado, demonstram que não há, no horizonte, expectativas de recuperação da economia e do setor no curto prazo. A retração do investimento público empurrou para baixo os indicadores da construção civil, com impacto significativo sobre a empregabilidade do setor, levando a uma baixa captação de engenheiros por parte das empresas privadas, principalmente engenheiros recém-formados.

A partir dessa contextualização o trabalho estudará dados a respeito da empregabilidade de engenheiros civis nas administrações públicas dos municípios que compõe a 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba. A análise dos dados buscou essencialmente fazer uma análise quantitativa, relacionada à reunião de indicadores de ativos de recursos oriundos da arrecadação tributária, o gasto com folha de pagamento e, entre outras coisas, o número de engenheiros empregados nas administrações, no decorrer dos anos de 2014, 2015 e 2016, e assim fazer uma relação entre a empregabilidade dos engenheiros civis no decorrer desses anos, tendo em vista que não só a Paraíba, mas todo o país enfrenta uma séria crise tanto econômica como política.

Portanto, surge o interesse de identificar se os estudantes de Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba têm, nas prefeituras locais, um potencial mercado para empregabilidade. Desta forma, estudar o potencial de captação dos novos engenheiros por parte da administração pública é objetivo principal desse trabalho. Analisar se os profissionais oriundos do CCTS/UEPB poderão ser absorvidos por esses empregadores públicos, buscando suprir a deficiência no mercado de trabalho do setor privado.

Como objetivos específicos temos: (a) Identificar na literatura a importância da construção civil para empregabilidade do setor; (b) pesquisar e analisar os impactos da crise sobre o desemprego no Brasil, Nordeste e Paraíba; (c) fazer um levantamento do investimento em folhas de pagamentos das prefeituras da Região Geoadministrativa do Curimataú, nos anos de 2014, 2015 e 2016; (d) verificar a quantidade de engenheiros civis lotados, em cargos efetivos, contratados e comissionados, nas secretarias dos 24 municípios da 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba; (e) Verificar o déficit desses profissionais na estrutura administrativa destes municípios e verificar se houve alguma interferência devido a recessão econômica nesse período, com uma possível

queda nos valores de receita, despesas com infraestrutura e contingente de trabalhadores locados nesses municípios.

Nesse sentido, compreender economicamente o investimento em infraestrutura nessas prefeituras foi, também, um dos objetivos fundamentais para a realização desse trabalho. Deste modo sabemos que as prefeituras desses municípios, mesmo que de pequeno porte, precisam desenvolver projetos de infraestrutura para assistir toda à população local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empregabilidade na construção civil

Segundo Campos (2003), empregabilidade pode ser entendida como as ações empreendidas pelas pessoas, no intuito de desenvolver habilidades e buscar conhecimentos favoráveis ao alcance de uma colocação, seja ela formal ou informal, no mercado de trabalho. “Considerando o campo do ensino superior, empregabilidade é a probabilidade de o graduado apresentar atributos que os empregadores antecipam como necessários para o futuro funcionamento efetivo de sua organização” (MOROSINI, 2001).

A indústria da construção civil representa, para o Brasil, um dos setores empresariais com maior absorção de mão de obra, além de ser, segundo Takahashi *et al.* (2012), um dos maiores poderes econômicos, com alta geração de oportunidade de emprego.

Patrício (2013) afirma que construção civil é um termo usado para todo o tipo de construção que tenha interação com a população, comunidade ou com a cidade, e tem sido um nome adotado até os dias atuais. Inicialmente, a engenharia era subdividida nas áreas civil e militar, mas, com o passar dos anos, esta divisão perdeu seu efeito, passando-se a utilizar o termo construção civil para tudo o que envolve o trabalho de engenheiros e arquitetos civis com demais profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

Para Simões (2010), diante desse contexto, entende-se que a construção civil tem como papel o elo com o bem-estar da população, compreendendo os princípios de cidadania, divisão de espaços públicos, inclusão social e a divisão de espaços particulares.

O curso de Engenharia Civil é considerado o terceiro com maiores chances de empregabilidade no Brasil. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea (2015), a área tem taxa de ocupação de 95,72%, ficando apenas atrás de Medicina e Odontologia.

O Ipea estima que o Brasil precisará formar 95 mil engenheiros por ano até 2020 para atender a demanda do mercado. Atualmente, o número de engenheiros que se formam nas universidades está em torno de 38 mil. A Engenharia Civil é uma das engenharias mais requisitadas e apresenta boa taxa de empregabilidade.

Um estudo realizado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú (SINPUC) indicou que os trabalhadores efetivos municipais injetaram, em 2011, precisamente, R\$ 2.221.545,30 a cada mês na economia do Curimataú (GALVÃO e OLIVEIRA, 2012). O investimento anual na folha de pagamento desses trabalhadores neste período foi de exatos R\$ 26.658.543,55.

Na introdução do trabalho publicado pelo sindicato, que constituía, o estado da arte desse tipo de pesquisa no contexto local da Paraíba, temos a seguinte anotação:

Os municípios interioranos não despertam, muitas vezes, a atenção do país. Tudo gira em torno dos grandes centros: as metrópoles e megalópoles. Educação, segurança pública, transporte, economia, todos são assuntos das grandes cidades, do cidadão metropolitano. Em 1903, Georg Simmel escreveu: “As grandes cidades, principais sedes do intercâmbio monetário, acentuam a capacidade que as coisas têm de poderem ser adquiridas muito mais notavelmente do que as localidades menores”. (GALVÃO e OLIVEIRA, 2012, p. 7)

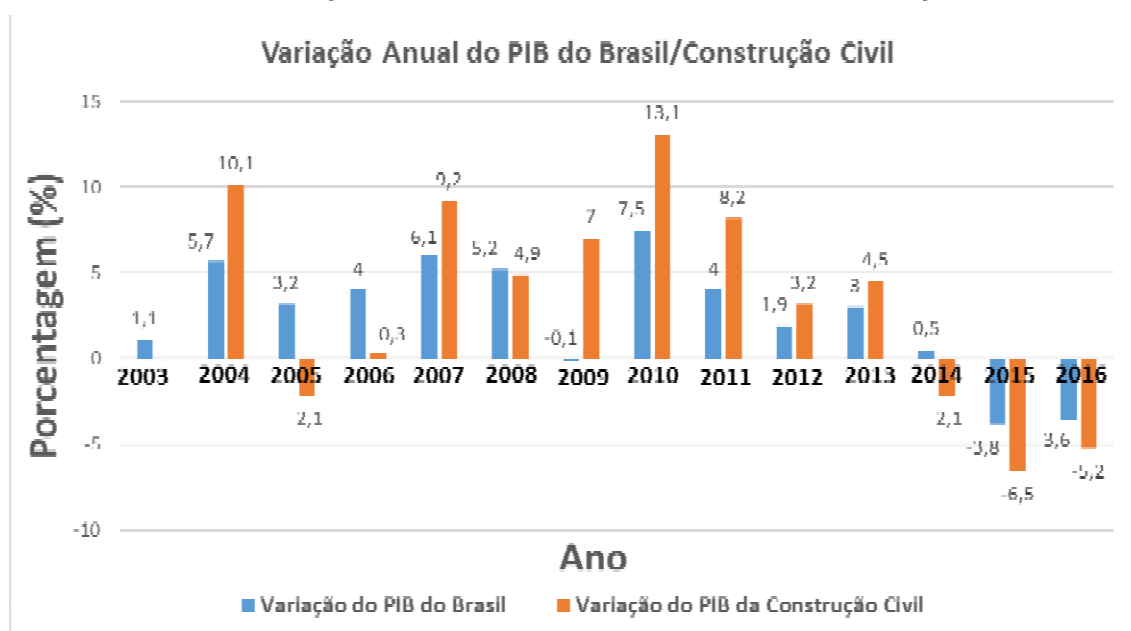
Steffano et al., (2006) afirmam que ao desenvolverem pesquisa analisando a influência de fatores monetários e não-monetários na motivação de funcionários, concluíram que os trabalhadores que ocupam posições mais baixas dentro da estrutura organizacional, tendem a dar maior preferência aos salários. Os fatores originários da estrutura social das empresas influem mais na classificação do que os gerados pelas próprias empresas, assumindo assim grande importância o papel das relações interpessoais como fator de satisfação.

2.2 Cenário Econômico e Empregabilidade na Construção Civil

A construção civil constitui um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, sendo esse setor de influência para todas as esferas da economia, pois exerce forte alavancagem na cadeia de suprimentos que lhes servem de fornecedores de insumo. Segundo Kureski et al (2008) o setor da construção civil é complexo por gerar vários impactos decorrentes sobre os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e governamentais que se inter-relacionam na dinâmica do segmento. Sua influência, no panorama da economia, é naturalmente evidenciada pelo peso dos indicadores em relação à participação no Produto Interno Bruto, na geração de emprego e renda, se comparados com os indicadores de outros setores da economia brasileira.

Segundo o IBGE (2016) a construção Civil representou 6,2% do PIB Brasileiro em 2014 e incluindo o total da cadeia produtiva de material de construção, o setor corresponde a cerca de 11,3% do PIB. Como de costume dentro o seguimento que compõem a indústria de base, a indústria da construção civil tem, caracteristicamente, um efeito pró cíclico, ou seja, seu desempenho está atrelado ao desempenho econômico do país, assim vai muito bem quando a economia está crescendo e muito mal quando a economia entra em recessão, conforme mostra a evolução dos anos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação entre o PIB anual do Brasil e o PIB da construção civil.



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Interessante perceber que no período seguinte à crise financeira internacional de 2008 (“estouro da bolha imobiliária” nos EUA), a média de crescimento do PIB da construção foi ainda maior que a recuperação do PIB. As taxas de crescimento do PIB da construção civil alcançaram a marca de dois dígitos em 2010, impulsionadas pelo esforço e empenho das políticas públicas heterodoxas (macroeconômicas) implementadas pelo governo, com intuito de reduzir os efeitos da crise no mercado consumidor e produtivo interno.

As razões para esse ciclo de desenvolvimento encontram-se nas políticas de estímulos adotadas, como incentivos a demanda, ampliação do crédito ao produtor e consumidor, desoneração de impostos, redução gradativa da taxa de juros básica da economia (SELIC), e Programas de habitação e infraestrutura, como Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que impactou de forma positiva o setor da construção civil. Segundo Cardoso (2013) esses estímulos garantiram emprego e renda para sociedade brasileira, o que por sua vez possibilitou a continuidade do consumo de bens e serviços, conservando ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nativas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) e encerrou-se em dezembro de 2010. A segunda etapa, denominada PAC 2, foi lançado ainda no mandato do Presidente Lula, em março de 2010, para ser desenvolvida a partir de 2011. O PAC 2, implementado entre o período de 2011 a 2014, incorporou investimentos em obras de pavimentação, drenagem, creches, unidades básicas de saúde, etc (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014). A implementação do PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura urbana, logística, energética e social do país, setores que por décadas foram esquecidas pelo planejamento central. Na Tabela 1 podemos identificar a divisão dos investimentos durante os respectivos anos.

Tabela 1 - Investimento Governamental na Construção Civil,

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Investimentos Governamentais para o PAC (R\$)	PAC 1				PAC 2			
	657 Bilhões				955 Bilhões			

Fonte: Ministério do Planejamento

Nos primeiros quatro anos (2007-2010), o PAC 1 ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o país a criar uma quantidade recorde de empregos (8,2 milhões de postos de trabalho). Entre 2008 e 2014, a construção civil brasileira criou cerca de 1,5 milhões de novos postos de trabalho. No mesmo período, EUA e Europa observaram indicadores negativos no número de empregados no setor.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) contribuiu tanto para sustentar os níveis de atividade e emprego na construção civil quanto para dar acesso a moradias para milhões de famílias. O PMCMV entregou 2,4 milhões de unidades habitacionais entre os anos de 2009-2015. A construção de moradias populares atingiu a marca de R\$ 270 bilhões de reais em investimentos que impactaram de forma positiva a vida de 9,2 milhões de pessoas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015). O crédito habitacional no Brasil ficou estagnado ao longo de várias décadas, em torno de 2% a 3% do PIB, dado preocupante visto que, em países desenvolvidos esse indicador ultrapassa a casa dos dois dígitos. As medidas de estímulos do setor, em particular, da atuação dos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), fez o Brasil atingir a marca de 5,5% do PIB.

A indústria da construção gera empregos diretos, indiretos e induzidos no país, conforme a Comissão Econômica Estatística/CBIC (2002), para cada 100 postos de trabalho gerados diretamente no setor, outros 285 são criados indiretamente na economia. Estima-se que são gerados 177 mil novos postos de trabalho para cada R\$1,0 bilhão a mais na demanda final da construção, sendo 34 mil diretos e 143 mil indiretos. A participação relativa da construção Civil na população ocupada cresceu ao longo dos anos, como mostra a Tabela 2,

demonstrando a importância desse setor para geração de emprego e, do impacto positivo das políticas públicas de incentivo.

Tabela 2 - Participação da construção civil na População Ocupada

Ano	Pessoas Ocupadas		Participação Relativa da Construção Civil na População Ocupada Total (%)
	Brasil	Construção Civil	
2003	83.770.062	5.652.633	6,75
2004	87.942.470	5.862.069	6,67
2005	90.538.826	6.135.556	6,78
2006	93.049.796	6.201.572	6,66
2007	94.551.694	6.514.359	6,89
2008	95.720.196	6.833.562	7,14
2009	96.559.173	7.229.909	7,49
2010	98.116.218	7.844.451	8,00
2011	99.560.157	8.099.182	8,13
2012	100.960.268	8.578.192	8,50
2013	102.537.398	8.808.155	8,59
2014	105.472.678	9.149.114	8,67

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Segundo dados do IBGE, em 2003, apenas 19,5% dos trabalhadores da construção Civil possuíam vínculo formal de emprego, com registro em carteira de trabalho, em 2009, esse índice chegou a 30,1%. Nesse período, o contingente de trabalhadores com carteira assinada dobrou, passando de cerca de 1 milhão de trabalhadores para 2 milhões de trabalhadores.

Com a intenção de continuar gerando renda e emprego o Governo Federal, dentro do PAC 2, iniciou em 01/04/2013 a execução de algumas diretrizes de seu subprograma chamado de Brasil Maior, como desoneração da folha de pagamento das empresas do setor da construção civil, no que tange a parte patronal do INSS que hoje representa 20% da base de salários para pagamento a Previdência Social, instituídos através da LEI Nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, MP 563, de 03/04/2012 e Decreto 7.771, de 30/04/2012. (CARDOSO, 2013).

Todo esse cenário passa a mudar ao longo de 2014, com redução do ritmo da atividade econômica como um todo, ano considerado anormal na nossa história atual (copa e eleições foram fatores decisivos para esse cenário incomum). A queda da arrecadação tributária passa a impactar o investimento no segmento de infraestrutura, provocando dilatação nos cronogramas das obras. A redução da demanda e a incerteza política, impactou de forma negativa o segmento da habitação.

Em 2015 o acirramento da crise política afetou investimentos e a geração de empregos e junto a isso, as medidas de sacrifício propostos pelo governo foram, prontamente, rejeitadas pelo Congresso Nacional. Com o aumento do número de desempregados e os preços dos fatores de produção em alta, a atividade econômica se esfriou rapidamente, gerando redução da arrecadação tributária. A redução da arrecadação foi agravada pelas medidas de desoneração tributária aplicada pelo governo, na tentativa de manutenção das taxas de atividade econômica do país e pela alta incerteza gerada pela crise política.

Dados mais recentes do emprego formal apontam uma queda muito mais acentuada do emprego na construção civil (-27% jan/15 a jan/2017) em relação ao recuo total do país (-6% jan/2015 a jan/2017), conforme podemos identificar na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultado do emprego formal na construção civil.

(em mil postos de trabalho)	Jan/15	Jan/16	Jan/17	Variação (%)	
				Jan/16 e Jan/17	Jan/15 e Jan/17
PESADA (Infraestrutura e Montagem)	979	817	686	-16%	-30%
CIVIL (Edificações e Instalações)	2.032	1.766	1.513	-14%	-26%
TOTAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL	3.010	2.583	2.199	-15%	-27%
EMPREGO TOTAL- BRASIL	49.490	47.961	46.649	-3%	-6%

Fonte: CAGED-TEM (2016)

A considerar pelo processo de ajuste fiscal atualmente em curso e a consequente necessidade de cortar gastos, e considerando a forte queda nos lançamentos no setor imobiliário, não há, no horizonte, perspectivas de recuperação do setor no curto prazo.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que todos os dados nele apresentados foram coletados sem que houvesse alguma modificação, apenas foram realizadas adaptações proposta na tabela mais adiante.

Para se alcançar os objetivos indicados a partir desse trabalho de conclusão de curso utilizamos dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), e a partir daí fazer algumas comparações a nível nacional com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da CAGED. O SAGRES é uma ferramenta de comunicação desenvolvida, alimentada e mantida pelo TCE-PB com vistas ao cumprimento do princípio da transparência ativa na administração pública.

Consiste num sítio eletrônico que permite aos seus usuários acompanhar a entrada (receitas) e a utilização (despesas) de recursos públicos provenientes dos tributos cobrados pelos entes federados, ou seja, União, estados e municípios, aos cidadãos.

Depois de uma certa familiarização com as ferramentas do site, partimos para a coleta dos dados, que foi realizada em cada unidade administrativa e não consistiu no uso de amostragem. Todos os 24 municípios da 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba foram contemplados na pesquisa, sendo eles: Alagoinha, Araçagi, Araruna, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Tacima, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Logradouro, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho e Solânea. Os dados da coleta envolveram os seguintes parâmetros:

- População;
- Receitas totais - Média mensal - Média anual *per capita*;
- Despesas da secretaria de Infraestrutura - Média mensal - Média anual *per capita*;
- Contingente de pessoal – Efetivo – Comissionado – Contratado- Engenheiros;
- Folha; 5.1. Efetivos – Comissionados – Contratados;
- Remuneração média – Efetivos – Comissionados – Contratados;

Figura 1 – Mapa da 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba,



Fonte: CIR – COSEMS – PB (2016)

Com a captação desses dados, pode-se ter uma base da quantidade de profissionais de engenharia lotados nessas prefeituras, assim como averiguar se suas respectivas remunerações se enquadram no patamar do piso salarial da categoria.

Cada um dos indicadores relacionados acima foi coletado num recorte referencial de 12 meses para cada ano, utilizando-se como regra para fins de totalização o exercício financeiro dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Todos os parâmetros listados foram captados e tratados em duas planilhas eletrônicas, de acordo com cálculos definidos previamente. À primeira planilha atribuiu-se a denominação “Padrão individual”. Nela foram inseridos os dados de cada um dos 24 municípios integrantes do objeto de estudo. Em seguida todos os dados individuais foram consolidados na segunda planilha, intitulada “Padrão integrado”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

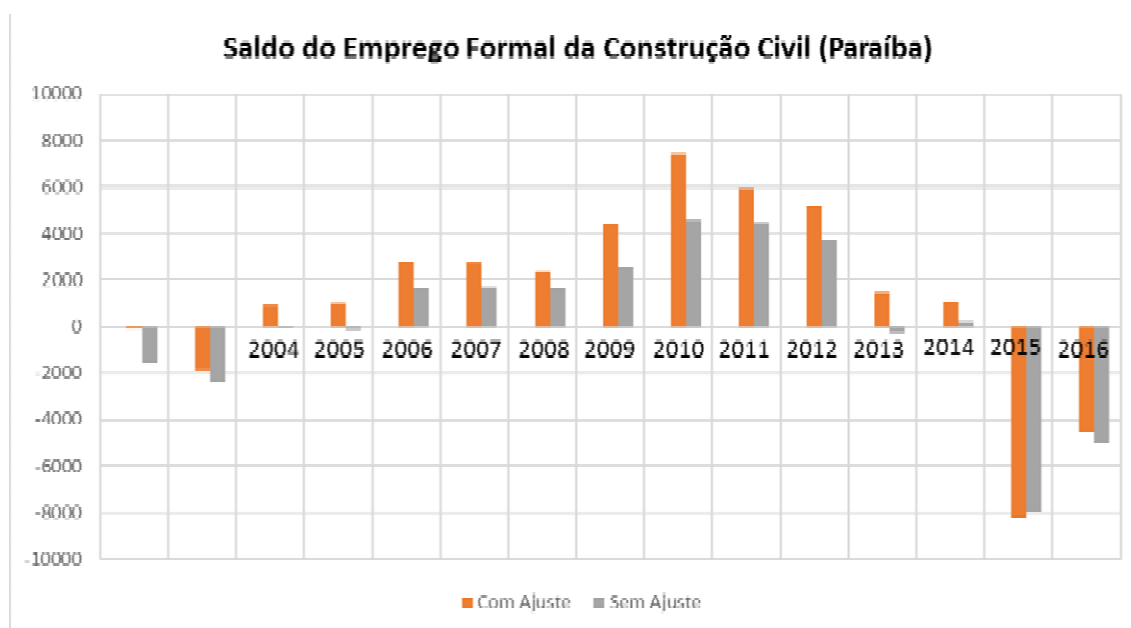
Antes de mais nada, é importante ressaltar que a Construção Civil é um setor que contribui para o desenvolvimento regional e local (municípios), pois traz uma maior oferta de empregos formais. A Paraíba foi um dos Estados que conseguiu de forma efetiva aumentar o número de empregos formais no setor

da construção civil. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Estado em 2005 possuía uma quantidade de 12.533 empregados formais na construção civil, esse número mais que dobrou em 2010, com um número 31.822 empregados com carteira assinada.

O Gráfico 2, demonstra a evolução do saldo de empregados formais do setor, apontando que o setor vinha em pleno desenvolvimento no Estado. Períodos anteriores a 2004 foi caracterizado por desestruturação do mercado de trabalho, marcado pela flexibilização contratual e dos rendimentos, por altas taxas de desemprego no setor e pelo crescimento de formas mais precárias de inserção da força de trabalho. Essa situação, em função de diversos fatores, como a baixa taxa de investimento produtivo no setor, baixo ritmo econômico, a abertura comercial e financeira desregulada, prolongou se até 2003.

De modo geral, a partir de 2004, a geração de postos de trabalho superou a entrada de pessoas na condição de economicamente ativas, reduzindo consideravelmente a taxa de desemprego, esse período perdurou até o ano de 2014. Com as incertezas e riscos de mercado gerados pela crise econômico/política, a construção civil na Paraíba, a partir de 2015, passa a ter saldos de contratação negativos, demonstrando o efeito pró cíclico do setor.

Gráfico 2 - Saldo do Emprego Formal da construção Civil (Paraíba)



Fonte: Dados CAGED/MTE (2016), elaboração do autor.

Com a queda do emprego no setor da construção civil no Brasil e na Paraíba, é interessante identificar se os municípios estudados possuem capacidade de empregabilidade para os profissionais formados no curso de Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba.

4.1 Dados integrados das receitas dos municípios

Como resultado da metodologia empreendida no trabalho e a partir dos dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), foi possível estabelecer um resultado quantitativo distribuído na Tabela 4.

Foram coletadas as receitas totais disponíveis em cada um dos 24 municípios do recorte nos anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Na totalização dos itens, temos que a população do conjunto das unidades administrativas soma 291.058 habitantes.

Tabela 4 – Receitas Totais (24 municípios)

ANO	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)	População
2014	482.509.492,47	40.209.124,38	47.024,60	291.058,00
2015	494.390.080,46	41.199.173,39	49.304,46	291.058,00
2016	557.453.881,60	46.454.490,16	55.614,21	291.058,00

Fonte: Dados Sagres (2016), elaboração do autor.

Analisando os valores das receitas totais para esses anos, temos que de 2014 para 2015 tivemos um aumento de apenas 2,46 %, valor este muito baixo, tendo em vista que segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) informou que o ano de 2015 fechou o ano com uma inflação de 10,67 %, a maior taxa desde 2002, informou o instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já do ano 2015 para 2016, tivemos um aumento de 12,75 %, valor este mais aceitável, se comparado a inflação deste ano que fechou em 6,29 %.

4.2 Dados integrados das despesas das secretarias de infraestrutura

A Tabela 5 apresenta as despesas geradas pelas secretarias de infraestrutura que, em tese, processam os gastos relacionados às obras municipais que devem ser assistidas por profissionais qualificados em

estabelecimentos de nível superior, especificamente em cursos de Engenharia Civil.

Tabela 5 – Despesas da secretaria de infraestrutura (24 municípios)

ANO	Despesas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)
2014	45.156.992,83	3.763.082,73	4.514,40
2015	46.959.447,29	3.913.289,80	4.887,47
2016	52.891.572,31	4.407.631,04	5.555,28

Fonte: Dados Sagres (2016), elaboração do autor,

No conjunto dos municípios objeto deste estudo, as despesas totais das secretarias de infraestrutura somam R\$ 45.156.992,83 - R\$ 46.959.447,29 - R\$ 52.891.572,31, respectivamente para cada ano. Mensalmente são executados em obras da secretaria de infraestrutura um valor que chega em 2016 a R\$ 4.407.631,04, em média, na 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba.

Podemos notar assim, que mesmo com a crise enfrentada pelo país, de forma geral, os gastos com a secretaria de infraestrutura nessa região vem crescendo, apresentando um aumento de 17,2 % entre 2014 e 2016, mostrando que mesmo em tempos de crise, a necessidade de profissionais de engenharia civil não deixa de ser importante.

4.3 Dados integrados do contingente de servidores

A Tabela 6 descreve o quantitativo de pessoal lotado nas administrações dos municípios estudados. Podendo notar assim que ao longo desses anos houve uma queda no contingente de efetivos e comissionados, e um aumento no contingente de contratados.

Tabela 6 – Contingente de servidores

ANO	Efetivos	Comissionados	Contratados	Engenheiros
2014	9162,6	2172,5	1573,9	3
2015	8988,2	2069,5	1769,8	3
2016	8735,1	2064,9	1683,4	5

Fonte: Dados Sagres (2016), elaboração do autor.

Pela primeira vez constatamos se há engenheiros contratados no serviço público municipal no universo dessas 24 prefeituras. Podemos perceber assim que nessa região, a quantidade de engenheiros lotados nessas prefeituras é bem a baixo do ideal, tendo em vista que para suprir as atribuições das secretarias

de infraestrutura das prefeituras, seria necessário pelo menos um profissional de engenharia em cada município.

Notamos também uma queda no contingente de servidores, efetivos e comissionados, que foi de 4,7 % e 4,9 % respectivamente, assim como um aumento de 6,9 % no número de contratados, se mostrando também um reflexo no número do contingente de empregados na construção civil.

Em relação ao pessoal técnico lotado nas prefeituras estudadas, há apenas cinco engenheiros civis nos quadros funcionais das administrações, no final do ano de 2016. Um deles está no município de Araçagi, pertence ao quadro de efetivos e é lotado na secretaria de Transportes.

Outros dois, observados nos dados disponibilizados pelo SAGRES, estão empregados em cargos efetivos no município de Guarabira. Ambos pertencem aos quadros da secretaria de Infraestrutura.

Temos também o engenheiro que pertence ao conjunto de efetivos na prefeitura municipal de Tacima, pertencente ao quadro de finanças e planejamento. O último se encontra na prefeitura de Serraria, ao quadro de contratados na secretaria de infraestrutura.

4.4 Dados integrados das folhas de pagamento

Levando em consideração um aumento esperado na folha de pagamento, considerando a totalidade das categorias, temos que para o ano de 2016 o investimento anual é de R\$ 264.450,845,37. Em média, a cada mês, o erário injeta R\$ 22.037,570,44 para o pagamento de pessoal nas administrações dos 24 municípios da 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba, conforme apresenta a Tabela 7.

Tabela 7 – Folha de pagamento

ANO	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
2014	169.464.096,31	31.854.667,36	27.105.464,78
2015	183.378.710,04	32.981.578,03	31.812.885,26
2016	198.950.494,75	34.406.334,36	31.094.016,26

Fonte: Dados Sagres (2016), elaboração do autor.

4.5 Dados integrados das remunerações dos servidores

O SAGRES não disponibiliza os valores dos salários dos servidores públicos lotados nas prefeituras. Por essa razão, precisou-se deduzi-los a partir da divisão das respectivas folhas (efetivos, comissionados e contratados), pelo contingente correspondente.

Para fins de consolidação dos dados, foram somadas as médias unitárias e, em seguida, o valor total foi dividido pelo número de municípios presentes no recorte da pesquisa.

A partir daí foi possível deduzir o salário médio das categorias presentes na tabela. Consideramos, para fins de avaliação, que a remuneração dos engenheiros civis é igual à remuneração dos servidores do quadro efetivo e contratado.

Tabela 8 – Remunerações dos servidores

Totais/ANO	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
REMUNERAÇÃO MÉDIA (2014)	1.476,46	1.275,89	1.632,80
REMUNERAÇÃO MÉDIA (2015)	1.650,66	1.384,31	1.810,91
REMUNERAÇÃO MÉDIA (2016)	1.843,36	1.419,13	1.709,27

Fonte: Dados Sagres (2016), elaboração do autor.

Podemos notar assim, levando em consideração o maior salário entre os anos, que foi de 1.843,36 reais, fica muito a baixo do piso salarial do engenheiro, que de acordo com a Lei Federal 4.950-A, de 22 de abril de 1966, não pode ser inferior a seis salários mínimos (R\$ 5.662,00), para seis horas diárias de trabalho, e oito salários e meio (R\$ 7.964,00) para oito horas diárias de trabalho.

5 CONCLUSÕES

O estudo realizado promoveu uma discussão acerca da empregabilidade do engenheiro civil no Brasil e na Paraíba, assim como o potencial estratégico dos formandos dentro do campo de atuação da 2ª região geoadministrativa da Paraíba, para o desenvolvimento econômico dessa região e do estado como um todo.

O engenheiro formado no CCTS/UEPB passa por um rigoroso processo de formação que lhe garante autonomia para atuar no mercado de trabalho, seja ele privado ou público, entendendo assim as administrações locais como mercados potenciais para a empregabilidade dos engenheiros civis.

Notamos que no decorrer desses anos a quantidade de servidores efetivos e comissionados apresentou uma queda, podendo ser um reflexo da crise enfrentada pelo país, mas em contrapartida tivemos um aumento de despesas nas secretarias de infraestrutura, reforçando assim a necessidade de se ter profissionais de engenharia habilitados para tais funções.

Cabe lembrar que há no Brasil a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e sendo assim precisa-se de profissionais qualificados para desenvolver tal assistência.

Este trabalho constatou que, dos 24 municípios que compõem a 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba, apenas quatro têm engenheiros civis lotados em seus órgãos. Esse dado é alarmante. Constatou-se, também, que os engenheiros ganham, em média, R\$ 1.843,36, valor muito abaixo do piso nacional da carreira que tem valor superior a R\$ 5.700,00, para atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Na 2ª Região Geoadministrativa da Paraíba, há um déficit de 20 engenheiros, se considerarmos que cada município deve ter, pelo menos, um profissional habilitado na função em seus quadros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.

BRASIL. **Lei nº 11.124 de 22 de abril de 1966.** Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4950a.htm>. Acesso em 01/05/2017.

BRASIL. **Lei nº 4950-A de 16 de junho de 2005.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em 10/02/2017.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: www.caged.gov.br. Acesso em: 16/04/2017.

BRASIL, Ministério das Cidades, 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>. Acesso 14/03/2017.

CARDOSO, F. H. **Incentivo do estado e desenvolvimento: uma análise sobre o crescimento da área da construção civil**. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

FARAH, Maria Ferreira Santos. **Estratégias empresariais e Mudanças no Processo de Trabalho na Construção Habitacional no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1993.

GRANDI, Sônia Lemos **Desenvolvimento da Indústria da construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e força de trabalho**. 1985. 121f. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GALVÃO, Israel Buriti; OLIVEIRA, Manassés de. **O impacto das folhas de pagamento na economia do Curimataú: um levantamento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Curimataú**. 1ª ed. Nova Palmeira: SINPUC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de contas Nacionais. **Séries estatísticas**. Acesso em: 16/04/2017. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=7

KOSKELA, L. **Application of the New Production Philosophy to Construction**. Stanford University, CIFE, 1992, Technical Report, 87 p.

KURESKI, R.; RODRIGUES, R. L.; MORETTO, A. C.; SESSO FILHO, U. A.; HARDT, L. P. A. **O macro setor da construção civil na economia brasileira em 2004**. Ambiente Construído, v. 8, n. 1, p. 7–19, 2008.

LAKATOS, E.M; M.A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

MAGALHÃES, M. de O. Tecnologia e subjetividade: novas perspectivas sobre o trabalho, a educação e a regulação social. **Aletheia**, v. 43, n. 6, 1997.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo: Gente, 1995.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Geração de empregos formais. Acesso em: 02/05/2017. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/b030032>.

MUNDO VESTIBULAR. **Os 10 cursos com maior empregabilidade.** Redação Mundo Vestibular. 2016. Disponível em: <http://www.Mundovestibular.com.br/articles/17445/1/Os10cursoscommaiorempregabilidade/Paacutegina1.html>. Acesso em 16/03/2017.

PARAÍBA. **Sagres On Line:** um instrumento de controle social. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2010.

PATRICIO, Renato Pickler. **Adequação do fmea para gerenciamento de riscos em obra de infraestrutura.** 2013. 66f. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PESQUISA ANUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO 2002-2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12-23, 2004-2015. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=754>. Acesso em: 12/04/2017.

PESQUISA anual da indústria da construção 2014: manual do técnico de pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, A. Falta de engenheiros pode comprometer crescimento. **Revista Itambé**, São Paulo, 31 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/falta-de-engenheiros-pode-comprometer-crescimento/> Acesso em 13/02/2017.

SIMÕES, Tattiana Mendes. **Medidas de proteção contra acidentes em altura na construção civil.** 2010. 84f. Monografia (Curso de Engenharia Civil) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

STEFFANO, S. R, FILHO, A.C.G E MULERO, K.R.G (2006) **Motivação: um estudo comparativo entre fatores monetários e não monetários.** Trabalho Científico Recursos Humanos, VII SEMEAD. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebido/RH/RH38-Motivacao.PDF>. Acesso em 27/04/2017.

ANEXO A - DADOS INTEGRADOS DAS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS

Receitas de todos os municípios para o ano de 2014.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)	População
Alagoinha	21.836.857,04	1.819.738,09	1.589,29	13.576,00
Araçagi	27.807.460,53	2.317.288,38	1.614,46	17.224,00
Araruna	26.499.997,05	2.208.333,09	1.403,68	18.879,00
Bananeiras	37.167.760,77	3.097.313,40	1.700,96	21.851,00
Belém	21.412.925,92	1.784.410,49	1.252,73	17.093,00
Borborema	11.657.680,42	971.473,37	2.280,90	5.111,00
Cacimba de Dentro	27.131.574,28	2.260.964,52	1.619,99	16.748,00
Caiçara	13.836.446,07	1.153.037,17	1.916,41	7.220,00
Tacima	17.807.239,06	1.483.936,59	1.735,26	10.262,00
Casserengue	12.148.039,17	1.012.336,60	1.721,17	7.058,00
Cuitegi	11.241.229,87	936.769,16	1.631,77	6.889,00
Dona Inês	17.020.931,74	1.418.410,98	1.618,42	10.517,00
Duas Estradas	11.484.159,31	957.013,28	3.156,72	3.638,00
Guarabira	78.217.097,44	6.518.091,45	1.413,75	55.326,00
Logradouro	11.375.027,97	947.919,00	2.885,60	3.942,00
Mulungu	15.814.432,51	1.317.869,38	1.670,13	9.469,00
Pilões	13.336.348,48	1.111.362,37	1.911,20	6.978,00
Pilõesinhos	10.953.010,09	912.750,84	2.124,74	5.155,00
Pirpirituba	15.555.097,21	1.296.258,10	1.506,40	10.326,00
Riachão	10.282.595,24	856.882,94	3.148,38	3.266,00
Serra da Raiz	10.496.445,15	874.703,76	3.276,04	3.204,00
Serraria	11.728.180,09	977.348,34	1.880,12	6.238,00
Sertãozinho	11.467.124,57	955.593,71	2.609,13	4.395,00
Solânea	36.231.832,49	3.019.319,37	1.357,35	26.693,00
TOTAIS	482.509.492,47	40.209.124,38	47.024,60	291.058,00

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Receitas de todos os municípios para o ano de 2015.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)	População
Alagoinha	20.064.406,50	1.672.033,88	1.460,29	13.576,00
Araçagi	29.127.082,15	2.427.256,85	1.691,08	17.224,00
Araruna	26.744.380,10	2.228.698,34	1.416,62	18.879,00
Bananeiras	39.291.851,72	3.274.320,98	1.798,17	21.851,00
Belém	22.711.177,41	1.892.598,12	1.328,68	17.093,00
Borborema	12.702.153,34	1.058.512,78	2.485,26	5.111,00
Cacimba de Dentro	27.902.465,69	2.325.205,47	1.666,02	16.748,00
Caiçara	14.006.869,71	1.167.239,14	1.940,01	7.220,00
Tacima	18.192.202,58	1.516.016,88	1.772,77	10.262,00
Casserengue	12.996.121,83	1.083.010,15	1.841,33	7.058,00
Cuitegi	12.520.413,59	1.043.367,80	1.817,45	6.889,00
Dona Inês	18.519.435,92	1.543.286,33	1.760,90	10.517,00
Duas Estradas	11.910.317,97	992.526,50	3.273,86	3.638,00
Guarabira	75.112.561,18	6.259.380,10	1.357,64	55.326,00
Logradouro	12.375.219,97	1.031.268,33	3.139,33	3.942,00
Mulungu	15.626.572,56	1.302.214,38	1.650,29	9.469,00
Pilões	15.489.032,82	1.290.752,74	2.219,70	6.978,00
Pilõesinhos	11.536.465,65	961.372,14	2.237,92	5.155,00
Pirpirituba	15.806.959,83	1.317.246,65	1.530,79	10.326,00
Riachão	11.103.501,68	925.291,81	3.399,72	3.266,00
Serra da Raiz	11.231.118,99	935.926,58	3.505,34	3.204,00
Serraria	11.855.956,80	987.996,40	1.900,60	6.238,00
Sertãozinho	12.252.464,64	1.021.038,72	2.787,82	4.395,00
Solânea	35.311.347,83	2.942.612,32	1.322,87	26.693,00
TOTAIS	494.390.080,46	41.199.173,39	49.304,46	291.058,00

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Receitas de todos os municípios para o ano de 2016.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)	População
Alagoinha	25.742.681,30	2.145.223,44	1.873,56	13.576,00
Araçagi	32.305.718,31	2.692.143,19	1.875,62	17.224,00
Araruna	33.283.429,36	2.773.619,11	1.762,99	18.879,00
Bananeiras	41.907.254,04	3.492.271,17	1.917,86	21.851,00
Belém	21.868.349,95	1.822.362,50	1.279,37	17.093,00
Borborema	13.911.593,52	1.159.299,46	2.721,89	5.111,00
Cacimba de Dentro	28.306.052,92	2.358.837,74	1.690,12	16.748,00
Caicara	15.601.289,84	1.300.107,49	2.160,84	7.220,00
Tacima	19.934.684,38	1.661.223,70	1.942,57	10.262,00
Casserengue	14.598.483,30	1.216.540,28	2.068,36	7.058,00
Cuitegi	14.129.180,98	1.177.431,75	2.050,98	6.889,00
Dona Inês	20.937.395,24	1.744.782,94	1.990,81	10.517,00
Duas Estradas	13.579.965,60	1.131.663,80	3.732,81	3.638,00
Guarabira	87.164.623,31	7.263.718,61	1.575,47	55.326,00
Logradouro	13.822.359,19	1.151.863,27	3.506,43	3.942,00
Mulungu	18.273.594,71	1.522.799,56	1.929,83	9.469,00
Pilões	16.477.955,34	1.373.162,95	2.361,42	6.978,00
Pilõesinhos	12.982.011,43	1.081.834,29	2.518,33	5.155,00
Pirpirituba	18.101.087,78	1.508.423,98	1.752,96	10.326,00
Riachão	12.814.296,95	1.067.858,08	3.923,54	3.266,00
Serra da Raiz	12.745.878,27	1.062.156,52	3.978,11	3.204,00
Serraria	13.357.847,86	1.113.153,99	2.141,37	6.238,00
Sertãozinho	14.603.810,61	1.216.984,22	3.322,82	4.395,00
Solânea	41.004.337,41	3.417.028,12	1.536,15	26.693,00
TOTAIS	557.453.881,60	46.454.490,16	55.614,21	291.058,00

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

ANEXO B - DADOS INTEGRADOS DAS DESPESAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA

Despesas da secretaria de infraestrutura de todos os municípios para o ano de 2014.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)
Alagoinha	2.640.361,02	220.030,09	192,17
Araçagi	1.902.298,25	158.524,85	110,44
Araruna	4.237.341,22	353.111,77	224,45
Bananeiras	3.398.159,16	283.179,93	155,52
Belém	2.044.920,16	170.410,01	119,63
Borborema	948.159,91	79.013,33	185,51
Cacimba de Dentro	3.488.272,04	290.689,34	208,28
Caiçara	1.567.752,05	130.646,00	217,14
Tacima	1.596.798,87	133.066,57	155,60
Casserengue	1.230.714,72	102.559,56	174,37
Cuitegi	727.495,86	60.624,66	105,60
Dona Inês	2.215.787,57	184.648,96	210,69
Duas Estradas	946.397,66	78.866,47	260,14
Guarabira	4.696.891,96	391.407,66	84,89
Logradouro	1.659.354,27	138.279,52	420,94
Mulungu	1.291.861,66	107.655,14	136,43
Pilões	1.014.352,34	84.529,36	145,36
Pilõezinhos	989.888,61	82.490,72	192,02
Pirpirituba	1.747.938,33	145.661,53	169,28
Riachão	810.970,49	67.580,87	248,31
Serra da Raiz	719.587,61	59.965,63	224,59
Serraria	1.416.647,16	118.053,93	227,10
Sertãozinho	1.058.262,21	88.188,52	240,79
Solânea	2.806.779,70	233.898,31	105,15
TOTAIS	45.156.992,83	3.763.082,73	4.514,40

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Despesas da secretaria de infraestrutura de todos os municípios para o ano de 2015.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)
Alagoinha	3.496.723,42	291.393,62	254,49
Araçagi	1.087.474,85	90.622,90	63,14
Araruna	3.902.633,79	325.221,98	206,72
Bananeiras	3.707.966,05	308.997,17	169,69
Belém	2.135.328,34	177.944,03	124,92
Borborema	1.142.978,86	95.248,24	223,63
Cacimba de Dentro	4.441.708,63	370.142,39	265,21
Caiçara	1.614.779,50	134.564,96	223,65
Tacima	1.836.083,94	153.007,00	178,92
Casserengue	1.543.656,71	128.638,06	281,71
Cuitegi	879.018,51	73.251,54	127,60
Dona Inês	1.914.804,19	159.567,02	182,07
Duas Estradas	976.703,60	81.391,97	268,47
Guarabira	3.910.689,69	325.890,81	70,68
Logradouro	1.803.723,23	150.310,27	457,57
Mulungu	1.513.367,17	126.113,93	159,83
Pilões	990.621,03	82.551,75	141,96
Pilõezinhos	910.501,82	75.875,15	176,62
Pirpirituba	1.737.065,37	144.755,45	168,22
Riachão	903.529,62	75.294,14	276,65
Serra da Raiz	769.497,52	64.124,79	240,17
Serraria	1.466.108,03	122.175,67	235,03
Sertãozinho	1.212.111,66	101.009,31	275,79
Solânea	3.062.371,76	255.197,65	114,73
TOTAIS	46.959.447,29	3.913.289,80	4.887,47

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Despesas da secretaria de infraestrutura de todos os municípios para o ano de 2016.

Município	Receitas totais (R\$)	Médias mensais (R\$)	Médias anuais per capita (R\$)
Alagoinha	5.007.439,80	417.286,65	364,44
Araçagi	1.981.611,55	165.134,30	115,05
Araruna	3.942.835,04	328.569,59	208,85
Bananeiras	3.616.720,51	301.393,38	165,52
Belém	2.739.943,30	228.328,61	160,30
Borborema	1.404.203,86	117.016,99	274,74
Cacimba de Dentro	4.168.058,87	347.338,24	248,87
Caiçara	1.481.923,07	123.493,59	205,25
Tacima	1.802.558,29	150.213,19	175,65
Casserengue	1.821.740,19	151.811,68	258,11
Cuitegi	877.329,60	73.110,80	127,35
Dona Inês	2.798.455,79	233.204,65	266,09
Duas Estradas	1.078.224,17	89.852,01	296,38
Guarabira	4.194.154,08	349.512,84	75,81
Logradouro	1.980.937,07	165.078,09	502,52
Mulungu	1.617.659,52	134.804,96	170,84
Pilões	844.113,13	70.342,76	120,97
Pilõezinhos	930.224,09	77.518,67	180,45
Pirpirituba	1.809.662,47	150.805,21	175,25
Riachão	1.035.021,64	86.251,80	316,91
Serra da Raiz	1.534.859,77	127.904,98	479,04
Serraria	1.587.575,50	132.297,96	254,50
Sertãozinho	1.255.868,82	104.655,74	285,75
Solânea	3.380.452,18	281.704,35	126,64
TOTAIS	52.891.572,31	4.407.631,04	5.555,28

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

ANEXO C - DADOS INTEGRADOS DO CONTINGENTE DE SERVIDORES

Contingente de servidores de todos os municípios para o ano de 2014.

Município	Efetivos	Comissionados	Contratados	Engenheiros
Alagoinha	271	40,9	42,5	0
Araçagi	771,3	143,6	26,7	1
Araruna	578,7	115,1	13,5	0
Bananeiras	819,8	245,2	20,1	0
Belém	259,8	64,8	324,2	0
Borborema	265	70,1	20,9	0
Cacimba de Dentro	337,4	169,3	20,1	0
Caçara	323,6	25,2	135,3	0
Tacima	276,3	34,8	237,3	0
Casserengue	253,3	64,2	21,6	0
Cuitegi	169,3	56,8	34,6	0
Dona Inês	220,3	60	20,6	0
Duas Estradas	187,3	93,8	27,4	0
Guarabira	1445	148,3	145,9	2
Logradouro	177,5	36,2	26,8	0
Mulungu	332,8	45,5	79,8	0
Pilões	271,5	128	41,8	0
Pilõezinhos	166,9	101,9	28,6	0
Pirpirituba	384,3	76,8	1,4	0
Riachão	211,4	117,6	20,1	0
Serra da Raiz	246,6	60,6	20,8	0
Serraria	211,4	37,2	67,6	0
Sertãozinho	237,8	89,6	42	0
Solânea	744,3	147	154,3	0
TOTAIS	9162,6	2172,5	1573,9	3

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Contingente de servidores de todos os municípios para o ano de 2015.

Município	Efetivos	Comissionados	Contratados	Engenheiros
Alagoinha	258,75	42,1	22,4	0
Araçagi	720,1	122,3	33,1	1
Araruna	556,1	122	95,6	0
Bananeiras	782,9	196,3	53,1	0
Belém	247	66,5	298	0
Borborema	260,75	63,9	61	0
Cacimba de Dentro	327,58	191,3	28,1	0
Caiçara	305,6	31,1	120,5	0
Tacima	281,8	31	206,6	0
Casserengue	245,75	47,6	15,3	0
Cuitegi	162,5	61,5	45,75	0
Dona Inês	220	56,25	39,25	0
Duas Estradas	184,8	90	29,25	0
Guarabira	1447,5	183,1	196,1	2
Logradouro	173,2	36,5	29,9	0
Mulungu	321,2	48,9	98,2	0
Pilões	260,25	95,1	29,25	0
Pilõezinhos	161,75	106,8	21,6	0
Pirpirituba	378,5	77,6	1,1	0
Riachão	280,3	113,6	21,4	0
Serra da Raiz	242,25	62,1	10,75	0
Serraria	206,9	43,1	125,6	0
Sertãozinho	229,25	68,75	38,6	0
Solânea	733,5	112,1	149,3	0
TOTAIS	8988,23	2069,5	1769,75	3

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Contingente de servidores de todos os municípios para o ano de 2016.

Município	Efetivos	Comissionados	Contratados	Engenheiros
Alagoinha	252,1	45,3	30,8	0
Araçagi	697,6	104,5	38,8	1
Araruna	530,5	126,2	73	0
Bananeiras	779,1	228,6	62,9	0
Belém	243	66,6	292	0
Borborema	257,6	51,6	55,3	0
Cacimba de Dentro	317,1	149,5	44	0
Caiçara	313,3	29,2	63,6	0
Tacima	281,3	76,6	190	1
Casserengue	239,6	52,9	28,6	0
Cuitegi	161,6	67,8	67,8	0
Dona Inês	226,1	52,5	17,2	0
Duas Estradas	183,5	87,9	32,2	0
Guarabira	1419,8	195,1	195,8	2
Logradouro	171,3	35,5	31,6	0
Mulungu	312,9	45	75,8	0
Pilões	250,8	63,3	33,4	0
Pilõezinhos	156,3	109,5	16,8	0
Pirpirituba	385,8	72,6	2,6	0
Riachão	204,2	136,6	21,1	0
Serra da Raiz	241,2	63,3	17,6	0
Serraria	199,6	45,8	98,6	1
Sertãozinho	233,5	55,1	43,8	0
Solânea	677,3	103,9	150,1	0
TOTAIS	8735,1	2064,9	1683,4	5

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

ANEXO D - DADOS INTEGRADOS DAS FOLHAS DE PAGAMENTO

Folha de pagamento de todos os municípios para o ano de 2014.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	5.563.311,50	725.682,91	408.049,01
Araçagi	12.677.760,60	1.717.970,62	1.020.521,00
Araruna	9.561.207,56	1.470.731,73	185.602,84
Bananeiras	15.661.847,23	3.380.926,73	590.789,68
Belém	4.424.585,71	1.106.346,21	3.210.724,01
Borborema	4.298.631,63	840.658,93	409.119,67
Cacimba de Dentro	6.722.365,14	2.509.378,15	207.731,52
Caiçara	4.914.452,86	555.329,24	1.943.020,42
Tacima	3.763.150,40	741.636,80	3.439.524,25
Casserengue	4.260.946,86	864.829,19	275.573,31
Cuitegi	3.135.237,06	797.897,77	467.399,44
Dona Inês	5.265.075,67	1.268.578,49	400.258,61
Duas Estradas	3.261.741,11	1.433.664,09	463.794,60
Guarabira	33.061.382,71	2.658.249,81	4.417.943,02
Logradouro	3.070.058,09	601.809,67	573.582,47
Mulungu	5.271.993,07	744.759,25	1.405.562,59
Pilões	4.984.583,87	1.388.257,99	742.201,57
Pilõezinhos	2.973.383,54	1.289.181,03	715.626,80
Pirpirituba	7.000.236,81	1.337.201,63	70.085,92
Riachão	3.135.604,55	1.377.177,56	387.109,11
Serra da Raiz	3.894.645,36	686.753,65	187.384,68
Serraria	3.320.978,10	570.382,93	1.343.081,61
Sertãozinho	3.979.666,01	913.739,37	626.795,67
Solânea	15.261.250,87	2.873.523,61	3.613.982,98
TOTAIS	169.464.096,31	31.854.667,36	27.105.464,78

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Folha de pagamento de todos os municípios para o ano de 2015.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	5.938.896,22	761.138,18	285.797,64
Araçagi	13.087.521,28	1.537.622,66	1.172.579,12
Araruna	10.048.055,14	1.853.681,04	802.087,80
Bananeiras	16.780.885,49	2.961.113,41	2.111.387,90
Belém	4.765.303,96	1.125.891,76	3.017.802,91
Borborema	4.715.894,98	841.134,66	880.093,28
Cacimba de Dentro	7.326.315,86	2.765.103,18	352.176,84
Caicara	5.331.204,11	622.863,95	1.775.498,18
Tacima	4.326.353,67	643.655,76	3.291.744,81
Casserengue	4.813.497,06	1.359.886,86	300.873,36
Cuitegi	3.468.784,93	968.592,34	649.167,96
Dona Inês	6.033.010,37	1.219.817,79	591.727,57
Duas Estradas	3.612.628,46	1.630.500,42	530.564,16
Guarabira	36.163.419,95	3.278.887,56	5.810.124,15
Logradouro	3.344.889,08	651.357,53	660.953,67
Mulungu	5.701.726,51	833.934,64	1.651.716,16
Pilões	5.301.105,91	1.225.522,35	635.883,75
Pilõezinhos	3.161.005,06	1.428.741,72	617.921,00
Pirpirituba	7.428.310,74	1.402.585,02	87.847,32
Riachão	3.535.377,50	1.419.406,32	469.545,91
Serra da Raiz	4.212.779,86	745.526,11	156.800,66
Serraria	3.593.228,08	699.380,11	1.999.422,68
Sertãozinho	4.268.000,59	691.460,24	604.708,50
Solânea	16.420.515,23	2.313.774,42	3.356.459,93
TOTAIS	183.378.710,04	32.981.578,03	31.812.885,26

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Folha de pagamento de todos os municípios para o ano de 2016.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	6.908.962,71	946.105,62	427.423,62
Araçagi	13.282.427,60	1.489.641,76	1.509.168,92
Araruna	10.956.258,95	2.010.825,77	717.652,83
Bananeiras	18.258.130,88	3.599.461,60	2.504.449,02
Belém	5.221.402,19	1.110.474,03	3.079.294,16
Borborema	5.122.796,38	726.240,62	860.124,19
Cacimba de Dentro	8.159.793,15	2.452.660,19	624.369,90
Caicara	6.401.756,72	662.144,34	1.073.168,70
Tacima	4.901.276,90	1.408.865,95	3.340.948,96
Casserengue	5.222.344,73	832.700,54	408.505,79
Cuitegi	3.878.785,41	1.083.760,55	1.024.488,84
Dona Inês	7.006.790,34	1.215.161,34	199.859,32
Duas Estradas	3.879.882,26	1.552.645,78	567.820,50
Guarabira	38.677.095,15	3.511.343,01	4.409.564,11
Logradouro	3.744.245,68	670.522,73	782.814,58
Mulungu	6.220.079,41	818.028,80	1.530.758,75
Pilões	5.681.697,77	953.988,21	748.166,24
Pilõezinhos	3.400.349,99	1.595.755,81	442.118,34
Pirpirituba	8.577.001,61	1.370.824,94	121.994,19
Riachão	3.713.395,36	1.761.613,64	484.619,66
Serra da Raiz	4.688.279,23	802.186,57	188.940,00
Serraria	3.907.695,65	798.098,63	1.979.949,71
Sertãozinho	4.779.842,57	627.684,75	741.931,36
Solânea	16.360.204,11	2.405.599,18	3.325.884,57
TOTAIS	198.950.494,75	34.406.334,36	31.094.016,26

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

ANEXO E - DADOS INTEGRADOS DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SERVIDORES

Remuneração média dos servidores de todos os municípios para o ano de 2014.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	1.710,74	1.477,97	800,10
Araçagi	1.369,68	997,08	3.189,13
Araruna	1.376,90	1.064,98	1.145,70
Bananeiras	1.591,97	1.149,19	2.451,41
Belém	1.419,50	1.423,87	825,38
Borborema	1.351,77	998,41	1.629,96
Cacimba de Dentro	1.660,25	1.234,93	861,96
Caiçara	1.265,63	1.838,84	1.197,18
Tacima	1.135,19	1.774,25	1.208,12
Casserengue	1.402,09	1.123,15	1.059,90
Cuitegi	1.542,93	1.171,66	1.123,56
Dona Inês	1.992,08	1.761,91	1.613,95
Duas Estradas	1.450,95	1.273,24	1.409,71
Guarabira	1.906,65	1.494,24	2.523,10
Logradouro	1.441,34	1.386,66	1.786,86
Mulungu	1.320,31	1.364,03	1.468,72
Pilões	1.529,95	903,81	1.478,49
Pilõezinhos	1.484,47	1.054,11	2.086,38
Pirpirituba	1.517,83	1.451,90	4.122,70
Riachão	1.235,95	976,03	1.606,26
Serra da Raiz	1.316,20	943,34	749,54
Serraria	1.309,02	1.278,89	1.654,04
Sertãozinho	1.394,91	849,99	1.243,64
Solânea	1.708,80	1.628,98	1.951,39
TOTAIS	35.435,11	30.621,46	39.187,18
REMUNERAÇÃO MÉDIA	1.476,46	1.275,89	1.632,80

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Remuneração média dos servidores de todos os municípios para o ano de 2015.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	1.912,69	1.486,60	1.062,44
Araçagi	1.514,58	1.047,43	2.953,60
Araruna	1.505,78	1.266,18	692,05
Bananeiras	1.786,15	1.256,84	3.314,58
Belém	1.607,73	1.410,89	843,90
Borborema	1.507,16	1.096,66	1.202,31
Cacimba de Dentro	1.863,73	1.204,31	1.045,04
Caiçara	1.453,83	1.669,88	1.227,87
Tacima	1.279,23	1.730,26	1.327,85
Casserengue	1.632,25	2.381,59	1.635,18
Cuitegi	1.778,86	1.312,46	1.182,46
Dona Inês	2.285,23	1.807,14	1.256,32
Duas Estradas	1.628,78	1.509,72	1.511,58
Guarabira	2.081,95	1.491,76	2.469,24
Logradouro	1.609,67	1.487,12	1.841,10
Mulungu	1.479,43	1.420,67	1.402,14
Pilões	1.697,44	1.073,14	1.811,63
Pilõesinhos	1.628,54	1.114,46	2.376,62
Pirpirituba	1.635,47	1.506,54	6.757,49
Riachão	1.414,15	1.040,62	1.827,03
Serra da Raiz	1.449,18	999,36	1.215,51
Serraria	1.447,13	1.352,77	1.326,76
Sertãozinho	1.551,44	838,13	1.306,07
Solânea	1.865,54	1.719,00	1.873,02
TOTAIS	39.615,94	33.223,53	43.461,79
REMUNERAÇÃO MÉDIA	1.650,66	1.384,31	1.810,91

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.

Remuneração média dos servidores de todos os municípios para o ano de 2016.

Município	Efetivos (R\$)	Comissionados (R\$)	Contratados (R\$)
Alagoinha	2.283,95	1.739,16	1.158,33
Araçagi	1.586,72	1.187,91	3.245,52
Araruna	1.721,06	1.328,15	819,24
Bananeiras	1.952,95	1.312,24	3.317,15
Belém	1.790,60	1.389,83	878,79
Borborema	1.656,79	1.173,25	1.295,37
Cacimba de Dentro	2.144,49	1.367,15	1.182,52
Caiçara	1.702,59	1.891,84	1.406,51
Tacima	1.451,80	1.533,04	1.465,33
Casserengue	1.815,84	1.311,34	1.187,52
Cuitegi	2.000,41	1.333,04	1.258,59
Dona Inês	2.582,67	1.928,83	970,19
Duas Estradas	1.761,98	1.471,70	1.471,04
Guarabira	2.270,05	1.499,93	1.877,21
Logradouro	1.822,02	1.574,00	2.060,04
Mulungu	1.656,48	1.514,87	1.684,00
Pilões	1.888,23	1.256,90	1.865,75
Pilõesinhos	1.813,52	1.214,43	2.199,59
Pirpirituba	1.852,48	1.572,05	3.935,30
Riachão	1.515,67	1.074,15	1.915,49
Serra da Raiz	1.620,00	1.055,51	895,45
Serraria	1.631,61	1.451,09	1.673,67
Sertãozinho	1.705,87	949,60	1.413,20
Solânea	2.012,82	1.929,11	1.846,69
TOTAIS	44.240,60	34.059,12	41.022,49
REMUNERAÇÃO MÉDIA	1.843,36	1.419,13	1.709,27

Fonte: Dados Sagres, elaboração do autor.